DocuSign Envelope ID: 85E398AE-3D22-4CC7-8FB2-8D8387C203A3

JADLOG LOGISTICA S.A.

CNPJ: 04.884.082/0001-35 - NIRE: 35300501861 de 03/03/2017

Av. Jornalista Paulo Zingg, 810, Jd. Jaragua (São Domingos), SP/SP

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma)

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2021 e 2020

Ativo	2021	2020
Circulante	**298.161**	**252.833**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	116.552	79.935
Contas a receber (Nota 11)	153.171	145.391
Tributos recuperáveis (Nota 12)	16.763	18.757
Partes relacionadas - FLAP Locadora e Transportes S.A. (Nota 30)	1.280	723
Outras contas a receber (Nota 13)	8.157	7.254
Despesas antecipadas	2.238	774
Não circulante	**88.937**	**80.444**
Depósitos e cauções	1.750	1.667
Mutuo com franqueado	188	-
Aplicações financeiras	-	52
Outros créditos a receber	1.918	1.918
Total do realizável a longo prazo	**3.856**	**3.637**
Imobilizado (Nota 14)	71.968	55.963
Direito de uso (Nota 15.1)	13.113	20.844
Total do ativo	**387.098**	**333.277**

Passivo	2021	2020
Circulante	**210.004**	**200.494**
Fornecedores (Nota 19)	46.085	71.154
Contas a pagar de franqueados	22.565	-
Partes relacionadas - FLAP Locadora e Transportes S.A. (Nota 30)	6.029	5.528
Salários e encargos sociais (nota 16)	25.500	22.208
Obrigações tributárias (Nota 17)	23.010	26.715
IRPJ e CSLL a recolher	8.736	10.980
Adiantamento de clientes	13.901	7.491
Dividendos a pagar	22.165	6.409
Consórcios	-	3
Outros	38	55
Arrendamento (Nota 15.2)	9.597	8.096
Outras provisões (Nota 20)	32.378	41.854
Não circulante	**19.688**	**41.872**
Provisão de contingências (Nota 18)	14.562	28.048
Obrigações tributárias (Nota 17)	354	260
Arrendamento (Nota 15.2)	4.772	13.564
Patrimonio liquido	**157.406**	**90.910**
Capital social (Nota 21)	16.000	16.000
Reservas de lucro (Nota 21)	141.406	74.910
Total do passivo	**387.098**	**333.277**

Demonstração do Resultado

	2021	2020
Receita de serviços prestados (Nota 22)	**1.121.242**	**1.082.449**
Custos operacionais (Nota 23)	(935.030)	(824.997)
Lucro bruto	**186.212**	**257.452**
Despesas administrativas (Nota 24)	(84.084)	(82.220)
Despesas com vendas	(3.918)	(3.156)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.710)	(5.679)
Outras receitas (Nota 25)	24.029	11.702
Outras despesas (Nota 25)	**22.099**	**(39.494)**
Lucro operacional	**140.628**	**138.605**
Receitas financeiras (Nota 26)	4.091	3.005
Despesas financeiras (Nota 26)	(5.067)	(4.045)
Resultado financeiro (Nota 26)	**(976)**	**(1.040)**
Lucro antes do imposto de renda e da CS	**139.652**	**137.563**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 27)	(50.991)	(66.643)
Lucro liquido do exercicio	**88.661**	**70.920**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**88.661**	**70.920**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**88.661**	**70.920**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros/ prejuizos Acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2020	**16.000**	**1.510**	**19.787**	**-**	**37.297**
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	(10.898)	(10.898)
Lucro liquido do exercicio	-	-	-	70.920	70.920
Constituição de reservas	-	1.690	51.923	(53.613)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(6.409)	(6.409)
Em 31 de dezembro de 2020	**16.000**	**3.200**	**71.709**	**-**	**90.910**
Lucro liquido do exercicio	-	-	-	88.661	88.661
Constituição de reservas	-	-	66.496	(66.496)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(22.165)	(22.165)
Em 31 de dezembro de 2021	**16.000**	**3.200**	**138.206**	**-**	**157.406**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro liquido do exercicio	88.661	70.920
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização (Nota 14)	13.415	8.012
Depreciação sobre arrendamentos (Nota 15.3)	12.377	10.604
Juros sobre arrendamentos (Nota 15.3)	3.375	1.570
Atualização sobre arrendamentos	(44)	34
Provisão para contingência (Nota 18)	(13.486)	19.717
Provisão de crédito de liquidação duvidosa (Nota 11)	3.709	5.679
Provisão de sinistros (Nota 25)	(9.979)	8.557
Provisão de custos e despesas (Nota 25)	482	12.942
Provisão de receitas (Nota 22)	(2.424)	1.732
Provisão de ativo indenizatório (Nota 25)	1.248	(1.918)
Provisão de serviços de franqueados	4.609	0
Provisão de impostos a recuperar (Nota 25)	(1.220)	0
Alienação de ativo imobilizado - terceiros	595	260
Variações no capital do circulante liquido		
Contas a receber	(11.489)	(72.683)
Partes relacionadas	(56)	(246)
Impostos a recuperar	1.994	(14.538)
Outros ativos	(139)	(5.079)
Fornecedores	(7.115)	40.797
Salários e encargos sociais	3.291	6.241
Obrigações tributárias	(5.856)	14.973
Outros passivos	6.395	6.733
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	**88.343**	**114.307**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado-partes relacionadas (Nota 14)	(352)	(237)
Aquisição de ativo imobilizado-terceiros (Nota 14)	(29.662)	(37.436)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(30.014)**	**(37.673)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos/financiamentos/consórcios	(3)	(77)
Dividendos pagos	(6.409)	(17.684)
Pagamento de arrendamento mercantil (Nota 15.2)	(15.268)	(11.820)
Aplicações e cauções	(31)	(1.409)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(21.711)**	**(30.990)**
Aumento nas diponibilidades	**36.618**	**45.644**
Representado por:		
Disponibilidades no inicio do exercício	79.934	34.290
Disponibilidades no final do exercício	116.552	79.934
Aumento nas disponibilidades	**36.618**	**45.644**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto Operacional: A **JADLOG Logística S.A.** é uma companhia de logística e transportes de cargas expressas fracionadas no país, e operadora para entrega do e-commerce. Com uma rede de 508 franquias, instaladas em todas as capitais e nas principais cidades do País, a Jadlog possui uma estrutura de distribuição porta a porta do Brasil, atendendo os clientes com rapidez, segurança e qualidade. No final do exercício de 2016, o controle da Companhia foi adquirido pelo grupo francês Geopost, que opera por meio da marca internacional DPD. O nosso quadro acionário hoje é composto por 98% pela JLGP Brasil Participações S.A e 2% pelo fundador da Companhia, José Afonso Davo. A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede à Avenida Jornalista Paulo Zingg, 810 Jardim Jaragua, São Paulo-SP. **2. Impactos relacionados a pandemia COVID-19:** Desde as primeiras sinalizações da Covid-19, a Jadlog vem tomando ações reativas e proativas com os objetivos na priorização de nossos colaboradores, clientes, manutenção de nossa saúde econômica e afirmar nossas convicções e valores ao mercado. A Companhia reagiu de forma rápida e responsável, definindo seus objetivos, focos de atuações imediatas e medidas de prevenções aos impactos do negócio, respeitando pilares fundamentais na execução dos objetivos, "Preservação da Saúde dos Colaboradores e Clientes, Sustentação aos Franqueados, Avanço no Ecossistema do E-commerce e Afirmação da Saúde Econômica". No contexto econômico e sanitário vivenciado, a Jadlog manteve suas ações de segurança e proteção junto as suas equipes, parceiros e clientes, adotando prevenções de elementos primordiais continuidade dos negócios com o respeito a saúde e integridade dos nossos valores humanos. Mantivemos o comitê para o combate a crise sanitária, para garantir a prevenção a saúde das pessoas envolvidas em nossas operações; colaboradores, parceiros, clientes e a sociedade econômica que cercam as nossas operações de âmbito nacional. **Medidas e atuações aplicadas:** 1) Em 12/03/2021 foi instituído um comitê de crise da Covid-19 que incluiu: as diretorias e gerências chaves da companhia. Estabeleceu-se uma rotina de reuniões para alinhamento e tomada decisões diante do cenário de pandemia. 2) As ações são tomadas considerando o público interno (colaboradores), externo (equipe das franquias e parceiros) e a sociedade como todo. 3) Todas as medidas possíveis para mitigar o risco de transmissão do vírus nas operações logísticas e toda a sua cadeia foram tomadas, tais como: instalação de lavatório no acesso à matriz, aferição de temperatura corporal em todos os acessos da companhia (matriz e filiais), distribuição de itens de proteção para todos os colaboradores (máscaras e álcool em gel), alteração dos horários de entrada e saída dos turnos, alteração nos horários de refeições, adaptações nas salas comerciais e refeitórios com divisórias em acrílicos e higienização por equipe prestadora de serviço, adoção do trabalho em home-office (equipes administrativas), a extinção de viagens corporativas no período. 4) Campanhas de comunicação interna e externa com o objetivo de conscientizar e manter todo o time em alerta e com todas as informações necessárias para mitigar o risco de transmissão do vírus. 5) Realização de campanha de vacinação contra a gripe, com o objetivo de proteger toda equipe administrativa e operacional da Jadlog. 6) Identificação e afastamento de todos os colaboradores considerados grupo de risco, conforme MP 936/2020. 7) Revisão do Plano de Continuidade de Negócios, considerando as necessidades apresentadas no cenário de Pandemia. 8) Com o crescimento do e-commerce, foi realizado reforço no quadro de temporários para atender a demanda em todas as unidades Jadlog, bem como ações de incentivo a rede franqueada para manutenção/crescimento de suas estruturas de entrega. 9) Instituição da Entrega Social sem contato físico e assinatura entre entregadores Jadlog e consumidores finais. 10) Comunicações constantes em nosso ecossistema: Intranet, Franquias e Parceiros, focada em alertar riscos, procedimentos e medidas sanitárias no cotidiano operacional. 11) Divulgação em nosso site de todos os cuidados e medidas preventivas, neste link: https://www.jadlog.com.br/jadlog/covid19/index.html As estratégias que a companhia vem implementando para assegurar o crescimento continuo e consistente, com a meta de ampliar o volume de negócios para os próximos anos envolvem investimentos e iniciativas que acontecem em todas as frentes, desde a área de tecnologia até a melhoria da operação, ampliação da frota, investimentos na área de marketing e apoio comercial aos franqueados, entre outras ações motivacionais aos colaboradores. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 9.4. **6. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, não há durante o exercício fiscal de 2021 quaisquer alterações ou adições nas principais políticas contábeis, sendo mantida comparabilidade de modo uniforme e consistente conforme o CPC 26(R1). **7. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **8. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **8.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **8.2 Instrumentos Financeiros: Ativos financeiros não derivativos mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" os grupos de "Caixa e equivalentes de caixa (com exceção dos certificados de depósitos bancários), "Contas a receber" e "Outros créditos". **8.2.1 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **8.2.2 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a) Passivos financeiros não derivativos:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo, os resultados são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **b) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros ou atividades de hedge nos seus saldos de balanço em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ela não usou e não registrou nenhuma variação decorrente desses instrumentos no decorrer do exercício. **9. Impairment de ativos financeiros e não financeiros - a) Ativo financeiro não derivativo:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **b) Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum ativo sujeito a risco de Impairment. **9.1 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem R$153.171 (R$ 145.392 em 31 de dezembro de 2020). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A Companhia constituiu a provisão para créditos de realização duvidosa considerando a existência de uma evidencia objetiva de que a mesma não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Tal política foi devidamente aprovada pela Administração da Companhia. A companhia considera todas as evidências relevantes disponíveis na data da avaliação. **9.2 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo original das aquisições dos ativos. As estimativas de vidas úteis utilizadas pela companhia estão demonstradas conforme segue: • Veículos de carga - 4 anos; • Equipamentos de informática - 4 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos; • Máquinas e Equipamentos 10 anos; • Benfeitorias em imóveis de terceiros depreciação em 10 anos (tempo de contrato que a companhia define como padrão); Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/ (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **9.3 Fornecedores:** São obrigações a pagar provenientes de aquisições de bens e serviços contratados no curso normal da Companhia. As mesmas foram reconhecidas pelo valor justo e devido aos seus vencimentos serem de curto prazo, não houve necessidade de cálculo e aplicação de taxas de juros efetiva. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **9.4 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) O valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa operacional. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **9.5 Arrendamento:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **9.6 Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **9.7 Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **9.8 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. A companhia adota para a classificação de suas receitas e consequentemente seu contas a receber o conceito chamado de O modelo dos 5 passos, o qual de forma sucinta, consiste na separação de contratos com clientes em 5 etapas, as quais vão definir como, quando e por quanto a receita deve ser reconhecida. Para fins de reconhecimento da receita a Companhia procede da seguinte forma (modelo dos 5 passos): (i) Identificação do Contrato; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da Transação; (iv) Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho; (v) Reconhecimento da receita conforme cumprimento de cada obrigação de desempenho. As receitas geradas pela companhia estão segregadas por classes de serviço relacionadas a seguir: (a) Serviços de frete fracionado. As Receitas de Serviços prestados com transportes são reconhecidas no momento que as entregas são realizadas, com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes. (b) Serviços de frete dedicado e malotes. As vendas são reconhecidas de acordo com a data de prestação de serviço, e após validação dos valores pelos clientes da Companhia, podendo a fatura ser emitida em períodos subsequentes, com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes. (c) Serviços de armazenagem. A Companhia realiza algumas atividades de armazenagem para os seus clientes. Para estes serviços, ela emite uma fatura mensal devidamente aprovada pelo cliente e de acordo com a quantidade de posições utilizadas durante o mês de reconhecimento da receita. Os descontos condicionais, para todas as classes relacionadas acima, são aqueles que dependem de evento posterior a emissão da nota fiscal, usualmente, do pagamento da compra, dentro de um certo prazo. O reconhecimento desta operação, são registrados como despesa quando não estão fixados em contrato. O desconto poderá ocorrer em virtude da operação (exemplo: sinistros). **9.9 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Receita de descontos; • Despesa de descontos; • Receita de rendimento de aplicação financeira; • Receita de rendimento de mútuo; • Despesas bancárias; • Despesas de juros de arrendamento. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de descontos a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto. A receita de rendimento de aplicação financeira é reconhecida mensalmente conforme demonstrativo bancário. A receita de rendimento de mútuo é reconhecida mensalmente de acordo com contrato. As despesas bancárias são reconhecidas diariamente no resultado conforme demonstrativo bancário. As despesas de juros sobre arrendamento são reconhecidas mensalmente de acordo com a taxa de juros efetiva. Não existe literatura nas normas CPCs que defina o que está incluído em receitas financeiras e despesas financeiras, assim, a Companhia divulgou como parte de suas políticas contábeis o que ela considera como itens de receitas e despesas financeiras. **9.10 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são devidamente reconhecidas conforme o serviço correspondente seja prestado pelos colaboradores. Em polo passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelos colaboradores, sendo assim mensurada de modo estimado por métricas confiáveis. Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa: salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário. E remunerações variáveis como participação nos lucros. **9.11 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente, reconhecido na demonstração do resultado. As apurações do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são feitas adotando o regime de Lucro Real Trimestral conforme regras definidas pelo Decreto 3.000/99. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia são calculadas mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real Ajustado mais o adicional de 10% sobre a parcela de Lucro Ajustado que exceder o montante de 60 mil no trimestre (para fins de cálculo de IR) e 9% sobre o Lucro Real Ajustado para fins da Contribuição Social do Exercício. Por sua vez o Lucro Real Ajustado é composto pelo Lucro Contábil da Companhia antes dos Impostos adicionado de despesas não dedutíveis, como por exemplo multas de trânsito, multas por infrações fiscais, brindes e doações, provisões realizadas (exceto provisões trabalhistas tais como férias e 13º salário) e quaisquer outras despesas consideradas indedutíveis de acordo com a Legislação vigente, e excluídas as Receitas não tributáveis (exemplo: provisões de receitas a faturar). **9.12 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles por se considerar que os mesmos serão liquidados em um período menor do que 12 meses. Para valores pagos para os acionistas a título de antecipação de dividendos, o montante será registrado no ativo circulante uma vez que tal antecipação somente será feita mediante garantia de que a Companhia gerará lucro no exercício corrente da antecipação. A política de distribuição de dividendos da Companhia é deliberada após a reunião do Conselho da Administração e sempre respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Lei das S/A. **9.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Contratos onerosos - Custo do cumprimento de um contrato (Alterações ao CPC 25); • Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32); • COVID-19 - Concessões de aluguel após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R2)); • Melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020; • Propriedade, instalações e equipamentos: Procedimentos antes do Uso Pretendido (Alterações ao CPC 27); • Referência a Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • Divulgação das políticas contábeis (Alterações ao CPC 26);• Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	72	178
Depósitos bancários em conta corrente	1.212	6.526
Aplicação financeira	115.268	73.231
Saldo em 31 de dezembro	**116.552**	**79.935**

As aplicações financeiras equivalentes a caixa são aplicações automáticas realizada pelos bancos na conta corrente, de liquidez imediata, as quais apresentam remuneração em torno de 5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

11. Contas a receber

	2021	2020
Clientes a Receber	166.614	155.125
(-) Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa	(13.443)	(9.734)
Saldo em 31 de dezembro	**153.171**	**145.391**

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber são classificados como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Clientes a receber por idade de vencimento

	2021	2020
A vencer	136.666	125.484
Vencidos até 30 dias	5.184	10.747
Vencidos 31 a 60 dias	2.984	5.578
Vencidos 61 a 180 dias	6.255	3.655
Vencidos 181 a 365 dias	7.589	2.897
Vencidos acima de 365 dias	7.936	6.764
	166.614	**155.125**

Provisão para crédito de liquidação duvidosa: Nas contas a receber de clientes, a Companhia reconheceu uma provisão para créditos de realização duvidosa, devido à inadimplência, no valor de R$ 13.443 (R$ 9.734 em 2020). O aumento em relação ao exercício anterior é decorrente de lançamentos a Provisão de títulos vencidos sem expectativa de recebimento e títulos em litígio. A companhia faz a reversão integral do exercício anterior e constitui uma nova provisão. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2021	2020
Saldo do início do ano	(9.734)	(4.054)
Reversão da provisão do exercício	9.734	4.054
Complemento da provisão	(13.443)	(9.734)
Variações no Resultado durante o ano	**(3.709)**	**(5.680)**
Saldo em 31 de dezembro	**(13.443)**	**(9.734)**

Não são esperadas perdas significativas, além das já provisionadas, para cobrir eventuais prejuízos na carteira de contas a receber de clientes.

12. Tributos recuperáveis

	2021	2020

DocuSign Envelope ID: 85E398AE-3D22-4CC7-8FB2-8D8387C203A3

está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	**21.660**	**13.278**
Adições no exercício	2.057	23.318
Atualizações no exercício	3.203	(3.812)
Baixas no exercício	(658)	(876)
Amortização do exercício no exercício	(15.268)	(11.820)
Amortização Juros do exercício no exercício	3.375	1.572
Saldo em 31 de dezembro	**14.369**	**21.660**
Total Arrendamentos - Passivo Circulante	**9.597**	**8.096**
Total Arrendamentos - Passivo Não Circulante	**4.772**	**13.564**

15.3 Impacto do resultado do exercício	**2021**	**2020**
Depreciação do imobilizado de arrendamento	(12.377)	(10.604)
Juros de arrendamento	(3.375)	(1.570)
Atualizações sobre arrendamentos	(44)	34
Saldo em 31 de dezembro	**(15.796)**	**(12.140)**

As atualizações sobre os arrendamentos referem ao ganho ou perda na ocasião do distrato.

16. Salários e encargos sociais	**2021**	**2020**
Salários e Ordenados a Pagar	20.070	15.145
Encargos Sociais	5.430	7.063
Saldo em 31 de dezembro	**25.500**	**22.208**

17. Obrigações tributárias	**2021**	**2020**
IRRF a Recolher	88	115
CSRF a Recolher	338	691
PIS e COFINS a Recolher	7.081	12.830
INSS Retido	454	542
ICMS a Recolher	13.290	11.159
Parcelamento ICMS	464	327
ISS a Recolher	1.544	1.177
ISS Retido	105	135
Saldo em 31 de dezembro	**23.364**	**26.976**
Total de Obrigações Tributárias Passivo Circulante	**23.010**	**26.715**
Total de Obrigações Tributárias Passivo não Circulante	**354**	**260**

As obrigações tributárias da Companhia fazem referência à tributos de natureza Municipal, Estadual e Federal que a Companhia possui ao final do exercício de 2021.

18. Provisões para contingências

	Contingência trabalhista (a)	Contingência trabalhista PJs (b)	Contingência cível (c)	Credito de PIS/COFINS (d)	Outros Riscos Exclusão ICMS (PIS/COFINS) (e)	Total
Em 01 de janeiro de 2020	**568**	**3.991**	**3.772**	**-**	**-**	**8.331**
Variações no Resultado durante o ano	(529)	(2.526)	(89)	5.456	17.406	19.717
Em 31 de dezembro de 2020	**39**	**1.465**	**3.682**	**5.456**	**17.406**	**28.048**
Variações no Resultado durante o ano	852	2.922	(15)	161	(17.406)	(13.486)
Em 31 de dezembro de 2021	**891**	**4.387**	**3.667**	**5.617**	**-**	**14.562**

(a) Ações judiciais trabalhistas: A Companhia que é parte (polo passivo) em ações judiciais perante a vários tribunais do Trabalho, decorrentes do curso normal das operações, analisou as demandas judiciais pendentes e constituiu uma provisão no valor de R$890 (R$39 em 2020), que é considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. **(b) Ações trabalhistas PJs:** O montante de R$2.922 ((R$2.526) em 2020) refere-se ao complemento da provisão realizada sobre os serviços prestados por pessoas jurídicas no período do ano de 2016 até o mês de julho de 2020. A partir de agosto de 2020 todos os prestadores de serviços foram contratados no regime da CLT e as atualizações dessa provisão serão realizadas até a o período de prescrição do direito ao litigio. **(c) Ações judiciais cíveis:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Dentre os processos, a Companhia responde por processo de natureza cível referente a indenização de clientes por causa de litígios na entrega de produtos (atrasos, avarias, erros), pleiteando perdas e danos materiais e morais. A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As ações mais relevantes referem-se a quebra de contrato, danos materiais em equipamentos transportados e indenização por extravio por carga transportada. **(d) Crédito de PIS e COFINS:** A Companhia possui contenciosos tributários no montante de R$5.617 (R$ 5.456 em 2020) referente auto de infração lavrado para a cobrança de PIS e COFINS, em decorrência da glosa dos créditos tomados sobre subcontratação de transporte e aluguéis de veículos, do período de 2015. Esse montante é classificado como perda possível pela nossa assessoria jurídica, porém, como se trata do período referente a antiga administração a companhia optou por provisionar o valor. **(e) Exclusão ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS:** A companhia possuía em 2020 a provisão dos créditos tomados sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R$17.406. Em 2021 devido ao ganho de causa, o mesmo foi revertido. **Outros litígios não provisionados:** A Companhia tem outras causas em disputa judicial relacionadas a ações decorrentes do curso normal dos negócios, mas para os quais nenhuma exigibilidade relevante é esperada de acordo com o entendimento atual desses casos, avaliados como perdas possíveis. Esses passivos são estimados em R$11.663 (R$ 3.983 em 2020) para os contenciosos trabalhistas, R$ 6.128 (R$ 3.557 em 2020) para ações cíveis.

19. Fornecedores	**2021**	**2020**
Fornecedores a Pagar	45.088	67.924
Contas a Pagar	951	3.118
Concessionarias a Pagar	46	112
Saldo em 31 de dezembro	**46.085**	**71.154**

20. Outras Provisões

	Provisões de Sinistros	Franqueados a Faturar	Provisão de Custos/Despesas	Total
Em 01 de janeiro de 2021	**14.458**	**13.123**	**14.273**	**41.854**
Variações no Resultado durante o ano	(9.958)	(3.793)	4.275	(9.476)
Em 31 de dezembro de 2021	**4.500**	**9.330**	**18.548**	**32.378**

A Companhia realiza provisões de serviços prestados e ainda não faturados, porém, devidamente aprovadas por sua diretoria sendo as principais: • Provisões de Sinistros: referem-se às avarias, sinistros e extravios de cargas de processos acionados por clientes (ainda não quitados) e cuja obrigatoriedade de liquidação é provável; • Provisões de Franqueados a faturar referem-se à quitação de entregas realizadas por seus franqueados de mercadorias captadas durante o exercício de 2021, e mantidas sob custódia, em trânsito. **21. Patrimônio líquido - a) Capital Social:** O Capital Social da companhia é de R$16.000, está composto por 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas da Sociedade. Todas as ações emitidas possuem o mesmo direito a voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

b) Reservas de lucro	**2021**	**2020**
Reserva de Lucro a Realizar	138.206	71.710
Reserva Legal	3.200	3.200
Saldo em 31 de dezembro	**141.406**	**74.910**

Segundo a cláusula 20 do Estatuto (i) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para constituição da Reserva Legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da companhia (ii) se aplicável, uma parcela do lucro líquido será destinada a formação de reservas propostas pelos auditores independentes da companhia ou pelo conselho fiscal, se instalado, cuja a constituição será devidamente aprovada em assembleia geral da Companhia. A política de distribuição de dividendos da Companhia é deliberada após a reunião do Conselho da Administração e sempre respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Lei das S/A. Durante o exercício de 2021 foi constituído a título de dividendos o montante de R$22.165 e distribuído o montante de R$ 6.409 referente ao lucro apurado em 2020

22. Receita de serviços prestados	**2021**	**2020**
Receita de transportes fracionados	1.205.764	1.166.820
Receita de fretes dedicados e malotes	102.778	128.265
Receita de serviços de armazenagem	35.334	15.949
	1.343.876	**1.311.034**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receita bruta fiscal	1.343.876	1.311.034
(-) Deduções e abatimentos	(225.058)	(226.852)
(+/-) Provisão de receita	2.424	(1.733)
	1.121.242	**1.082.449**

23. Custos operacionais	**2021**	**2020**
Custos com pessoal e obrigações sociais	204.380	150.145
Custos operacionais gerais	708.437	657.656
Custos com depreciação de arrendamento	12.377	10.604
Custos com depreciação e amortização	9.836	6.594
Saldo em 31 de dezembro	**935.030**	**824.997**

24. Despesas Administrativas	**2021**	**2020**
Despesas com Sinistros	34.889	27.382
Despesas com Serviços Prestados	10.557	10.306
Despesas com Portaria e Segurança	5.715	3.372
Despesas com Comunicação	1.997	1.834
Despesas com Manutenção de Escritório	3.905	4.343
Despesas com Depreciações e Amortizações	3.579	1.419
Despesas com Manutenção Predial e Equipamentos	7.943	6.264
Despesas com Tributos e Taxas	2.687	1.565
Despesas com Tecnologia da Informação	5.149	3.889
Outros	7.663	21.846
Saldo em 31 de dezembro	**84.084**	**82.220**

25. Outras receitas ou despesas	**2021**	**2020**
Outras Receitas (a)	22.416	3.784
Provisões de Contingências (b)	13.486	(19.717)
Provisões de Sinistros	9.979	(8.557)
Provisões de Custos e Despesas	(482)	(12.942)
Reversão de Provisão de ativo indenizatório	(1.248)	1.918
Provisão de Impostos a Recuperar	1.220	-
Ganho na alienação de ativo imobilizado	636	127
Recuperação de custos e despesas	977	7.791
Outros	(857)	(196)
Saldo em 31 de dezembro	**46.128**	**(27.792)**

(a) Foi reconhecido em 2021 R$18.600 referente baixas de adiantamentos de cliente. (b) Em 2020 provisionamos em Outros Riscos, R$ 22.862 e revertemos R$ 9.267 resultando na variação de R$ 13.595. Em 2021 provisionamos R$ 5.617 e revertemos R$ 22.868, resultando na variação de R$ 17.245.

26. Receitas e despesas financeiras líquidas	**2021**	**2020**
Receita - Juros recebidos	1.352	533
Receita - Rendimento de aplicação financeira	2.082	261
Receita - Descontos Obtidos	607	1.564
Receita - Comissões bancárias	-	647
Receita - Rendimento mútuo franqueado	9	-
Receita - Variação Cambial Ativa	41	-
Total - Receitas financeiras	**4.091**	**3.005**
Despesa - Juros Passivos	(1.365)	(2.277)
Despesa - Descontos Concedidos	(27)	(19)
Despesa - Taxas bancárias	(300)	(178)
Despesa - Juros s/ aluguel IFRS 16	(3.375)	(1.570)
Despesa - Perda nas Aplicações Financeiras	(0)	(1)
Total - Despesas financeiras	**(5.067)**	**(4.045)**
Resultado financeiro	**(976)**	**(1.040)**

27. Imposto de Renda e Contribuição Social	**2021**	**2020**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	139.652	137.563
Adições	**1.088.171**	**600.832**
Reversão de provisão de recebíveis	22.107	15.892
Despesas indedutíveis	8.257	5.286
Provisão perdas no recebimento de crédito	119.561	73.379
Provisões de custos e despesas	922.494	494.101
CPC 06 (R2)	15.752	12.174
Exclusões	**1.077.779**	**542.945**
Provisão de recebíveis	(24.506)	(15.693)
Reversão de provisão no recebimento de crédito	(115.852)	(67.699)
Reversão de provisões de custos e despesas	(922.153)	(447.728)
CPC 06 (R2)	(15.268)	(11.825)
Total das Despesas de IRPJ e CSLL 34%	**50.991**	**66.643**

28. Gestão de risco financeiro - 28.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes,	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientações de investimento para ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco de Crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito é decorrente das posições de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e franqueados, incluindo contas a receber em aberto. Na captação de clientes a Companhia analisa os riscos de acordo com a volumetria a ser transportada para a correta tomada de decisão a respeito de prazo médio de recebimento. Em relação a seus franqueados a companhia adota política uniforme para todos. Sendo o prazo médio de recebimento de 30 dias. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera registrar nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contraparte superior ao valor já provisionado em seu balanço patrimonial. **b) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas atividades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. A Companhia também presta serviços à Companhias Públicas e frequentemente participa de licitações. Por este fato, mantém índices de liquidez e estrutura de capital próprio exigidos pela Lei 8.666/93. O excesso de caixa mantido pelas atividades operacionais, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo ou títulos e valores mobiliários escolhendo instrumentos com vencimentos e rendimentos favoráveis. Na data do Balanço a Companhia mantinha aplicações financeiras no montante de R$115.268 (R$ 73.231 em 2020) (Nota Explicativa nº 10). **28.2 Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos (respeitando os dividendos mínimos obrigatórios definido pela Lei das Sociedades por Ações), devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **29. Instrumentos financeiros:** O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar apresentam o valor contábil com uma aproximação razoável do valor justo. As contas são todas categorizadas de nível 2 na hierarquia do valor justo. **30. Transações com partes relacionadas: a) Partes Relacionadas de Venda de Veículos:** A Companhia JADLOG Logística S.A. comprou veículos da FLAP Locadora e Transportes S.A somando o valor total do saldo a pagar abaixo:

	2021	2020
Saldo final a pagar para FLAP	**6.029**	**5.528**

b) Partes Relacionadas de Outras contas a Receber: Correspondem a valores a receber derivado do pagamento de convênios médicos e odontológicos de colaboradores que foram transferidos de uma Companhia para a outra, somando em 31 de dezembro de 2021 o valor total do saldo a pagar abaixo:

	2021	2020
Saldo final a receber da FLAP	1.280	723

c) Remuneração de Executivos: A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios não monetários.

Marcos Antonio Miranda da Silva
Diretor Financeiro - CFO - CPF: 075.428.068-31

Bruno Mazzoni Tortorello
Diretor Presidente - CEO - CPF: 290.850.928-84

Pedro Henrique Condini
Contador CRC-SP 276.645/O-1 - CPF: 317.983.938-40

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A administração e Quotistas da **Jadlog Logistica S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Jadlog Logistica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jadlog Logistica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de sua operação e o seu fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de maio de 2021, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2022.
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP014428/O-6
Arlene Zaccharias Bidoia - Contador CRC 1SP244099/O-5

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61532949000141
CPF: 95615374972
Data/Hora da Assinatura: 27/06/2022 | 22:21:35 BRT
ICP Brasil
E1FD1C2A3A07AB0CBCF4820D82BCD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/